



A DEMOCRATIZAÇÃO DIGITAL NO ESPAÇO ESCOLAR RURAL: REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM UMA ESCOLA DO CAMPO

DIGITAL DEMOCRATIZATION IN RURAL SCHOOLS: REFLECTIONS ON PEDAGOGICAL PRACTICES IN A RURAL SCHOOL

Andreia Moro Chiapinoto*

Hivi de Jesus Souto**

Elisiane Machado Lunardi***

RESUMO:

Este relato tem como objetivo apresentar a experiência da EMEF Pedro Kunz, escola do campo localizada em Santa Maria (RS), como um exemplo inspirador de articulação entre educação integral, inclusão digital e desenvolvimento comunitário. A proposta pedagógica da escola integra o currículo formal a oficinas interdisciplinares, com foco na inserção qualificada das tecnologias digitais no ambiente escolar. Com o apoio do Programa Educação Conectada, foi possível garantir acesso à internet de qualidade, aquisição de equipamentos e formação continuada de professores, fortalecendo práticas pedagógicas inovadoras alinhadas à BNCC. A escola também se consolida como espaço de pertencimento e construção identitária, promovendo ações comunitárias como cursos sobre redes sociais voltados a mães empreendedoras, em parceria com a UFSM, ampliando sua função social e fortalecendo o protagonismo local. As aulas de Informática Educativa contemplam os eixos estruturantes da Computação na BNCC — pensamento computacional, cultura digital e compreensão crítica das tecnologias — utilizando metodologias ativas e mediação pedagógica para articular teoria e prática. Entre as ações de destaque, o projeto Aluno Monitor evidencia uma estratégia de mediação entre pares, baseada na perspectiva sociocultural da aprendizagem. Assim, a experiência da EMEF Pedro Kunz demonstra o potencial transformador da escola rural quando há sinergia entre políticas públicas, inovação educacional e justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: Educação no campo. Informática Educativa. Educação integral.

ABSTRACT:

This report aims to present the experience of EMEF Pedro Kunz, a rural school located in Santa Maria (RS), as an inspiring example of integration between holistic education, digital inclusion, and community development. The school's pedagogical approach integrates the formal curriculum with interdisciplinary workshops, focusing on the meaningful incorporation of digital technologies into the school environment. Supported by the Connected Education Program, the school secured quality internet access, acquired technological equipment, and provided ongoing teacher training, which strengthened innovative teaching practices aligned with Brazil's National Common Curricular Base (BNCC). The school also stands out as a space of belonging and identity-building, promoting community-oriented initiatives such as social media courses for entrepreneurial mothers, in partnership with UFSM. These actions expand the school's social role and reinforce local empowerment through digital inclusion. The Educational Informatics classes address the core components of Computing in the BNCC—computational thinking, digital culture, and critical

* Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil E-mail: andreiamorochi@gmail.com.

** Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: soutohivi@gmail.com

***Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: elisiane.lunardi@gmail.com.

understanding of technology—by applying active methodologies and pedagogical mediation to connect theory and practice. Among the highlights, the Student Monitor project represents a peer-mediated learning strategy grounded in a sociocultural perspective. Therefore, the experience of EMEF Pedro Kunz illustrates the transformative potential of rural schools when public policies, educational innovation, and social justice are effectively aligned.

KEYWORDS: Rural Education. Educational Computing. Comprehensive Education.

Introdução

A expansão do uso de tecnologias digitais no contexto educacional tem se consolidado como uma necessidade urgente diante das transformações sociais e pedagógicas intensificadas pela pandemia de COVID-19. A emergência do ensino remoto expôs desigualdades históricas no acesso à informação e aos recursos digitais, acentuando a urgência de políticas públicas que promovam a equidade educacional (SILVA, 2021). No entanto, a ampliação do uso dessas tecnologias não ocorre de forma homogênea em todo o território brasileiro, especialmente nas escolas públicas situadas em áreas rurais, onde persistem barreiras estruturais ao acesso à conectividade, como a ausência de infraestrutura e a instabilidade de sinal (CASTRO, 2022).

Nesse cenário, a democratização do acesso à cultura digital torna-se um elemento central para garantir o direito à aprendizagem, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996). A inclusão digital deve ser compreendida como parte indissociável do direito à educação de qualidade, assegurando que estudantes de diferentes contextos socioeconômicos tenham as mesmas oportunidades de acesso ao conhecimento e à cidadania digital (BELLONI, 2001; KENSKI, 2012).

O presente relato descreve a experiência desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Pedro Kunz, localizada na zona rural do município de Santa Maria, Rio Grande do Sul. A instituição possui 130 estudantes de 4 a 11 anos de idade, distribuídos em turmas de pré-escola e anos iniciais, sendo de tempo integral as de 1º, 2º e 3º anos. Comprometida com a oferta de uma educação equitativa e de qualidade, a escola implementou, de forma sistemática, aulas semanais de Informática Educativa ministradas por uma professora pedagoga, integrando os recursos digitais ao currículo escolar de maneira articulada às especificidades de cada etapa de ensino.

A efetivação dessa proposta pedagógica foi viabilizada pelo apoio da política pública do Programa Educação Conectada, instituído pelo Governo Federal, cuja finalidade é fomentar a universalização do acesso à internet de qualidade nas escolas públicas da educação básica (BRASIL, 2017).

A participação no programa possibilitou à EMEF Pedro Kunz a melhoria da infraestrutura tecnológica, garantindo conectividade ao longo de todo o ano letivo. Além disso, os recursos financeiros oriundos do programa permitiram a aquisição de equipamentos e a ampliação da rede de internet, assegurando cobertura em todo o ambiente escolar e em seu entorno imediato, uma medida estratégica para alcançar estudantes que, muitas vezes, não dispõem de conexão em suas residências.

Essa conjuntura evidencia a importância de iniciativas educacionais que incorporem as tecnologias digitais de forma planejada e articulada com os currículos escolares, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e geográfica.

Para além, a inserção da Informática Educativa como componente curricular contribui significativamente para o desenvolvimento das competências digitais dos estudantes, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017), além de favorecer práticas pedagógicas mais interativas, colaborativas e contextualizadas com as demandas do século XXI (MORAN, 2015). A experiência vivenciada na EMEF Pedro Kunz evidencia, portanto, como políticas públicas efetivas, aliadas ao engajamento da gestão escolar, podem transformar realidades educacionais historicamente marcadas pela exclusão digital.

2. Escola do Campo e a democratização digital

A EMEF Pedro Kunz está localizada no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Conforme o IBGE, no ano de 2022, a taxa de escolarização do referido município era de 98,64%, considerando a faixa etária entre 6 e 14 anos de idade. Na comparação com outros municípios do estado, Santa Maria ficou na posição 374 de 497, já na comparação com municípios de todo o país, ficou na posição 3695 de 5570.

A EMEF Pedro Kunz atende alunos da Educação Infantil, etapa Pré A e B e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Desde o ano de 2021, a Escola passou a adotar o modelo de tempo integral para as turmas do 1º, 2º e 3º ano

do Ensino Fundamental. Essa escolha foi estratégica: trata-se de uma fase decisiva no processo de alfabetização, período em que o desenvolvimento cognitivo, linguístico, socioemocional e motor se encontra em intensa transformação.

Conforme os estudos de Souza et. al. (2020), a ampliação da jornada escolar tem mostrado, potencial para ampliar os espaços pedagógicos e favorecer a aprendizagem significativa. Oportunizar ensino de tempo integral para crianças em fase de alfabetização, pode tornar a trajetória escolar com maior sucesso, conforme pontua Rabêlo:

[...] a política de indução da Educação Integral/escola pode ser concebida como uma alternativa para gerar novas oportunidade de aprendizagem e fazer com que inúmeros estudantes possam superar as deficiências do processo inicial de alfabetização/letramento e, assim, poderem continuar aprendendo e se desenvolvendo para alcançar nível de alfabetismo mais elevados (RABÊLO, 2021, p.9).

Esse olhar reforça a relevância de políticas públicas que combinem tempo ampliado, recursos tecnológicos e metodologias inovadoras no ciclo de alfabetização. A LDB e o Plano Nacional de Educação (PNE) recomendaram que, até 2024, ao menos 50% das escolas públicas ofereçam jornada diária de sete horas ou mais, com vistas à formação integral do estudante. A educação em tempo integral é entendida como essencial para garantir a inclusão social, o acolhimento escolar e a equidade educacional (BRASIL, 2014; BRASIL, 2023).

Assim, a proposta pedagógica da escola fundamenta-se em uma abordagem de educação integral, articulando currículo formal e oficinas temáticas como meio de promover o desenvolvimento integral dos estudantes. Esse modelo rompe com o ensino meramente expositivo, incorporando metodologias ativas que favorecem processos de construção coletiva do conhecimento e aprendizagem significativa.

As oficinas diversificadas, incluindo Informática Educativa, Educação Física, horta escolar, educação ambiental, alimentação saudável, sustentabilidade e empreendedorismo, não apenas ampliam o tempo de permanência na escola, como também propiciam experiências pedagógicas interdisciplinares, contextualizadas e alinhadas aos objetivos da BNCC (BRASIL, 2018).

Entende-se a necessidade de articular aprendizagem cognitiva, socioemocional e ética, por meio de práticas interdisciplinares e formação de

competências múltiplas (BRASIL, 2018). O modelo de educação integral adotado favorece uma formação holística, que considera não apenas a apropriação de conteúdo, mas também o desenvolvimento emocional, social e cultural dos estudantes.

2.1 A escola como espaço de pertencimento e identidade: práticas educativas

A EMEF Pedro Kunz se reconhece como espaço de pertencimento comunitário e atua como referência de identidade e estrutura social para seu entorno. Dentre as iniciativas estendidas à comunidade, destaca-se o curso sobre “Uso e vendas nas redes sociais” voltado às mães empreendedoras da região, muitas das quais produzem bens artesanais, mas encontram dificuldade em utilizar canais digitais de divulgação.

Em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a escola oferece oficinas quinzenais sobre tecnologia, marketing de produtos e uso de redes sociais. Esse projeto dialoga com a perspectiva da escola como agente de formação cidadã e inclusão digital, ampliando a equidade social e fortalecendo uma educação que extrapola os muros escolares (SOUZA et al., 2020).

Evidencia-se a crescente adesão da comunidade, onde a consolidação dos encontros confirma a eficácia da proposta, que fortalece a escola como espaço de construção coletiva, de aprendizado mútuo entre escola e comunidade e de valorização da identidade local. A escola localiza-se em um espaço de diferentes comunidades rurais, muitos dos quais não têm acesso à internet ou dispositivos digitais em suas residências, devido a fatores econômicos e geográficos, nesse caso, a escola torna-se referência e ponto de apoio para a comunidade escolar.

Nesse contexto, além do espaço da escola para a utilização pela comunidade durante os cursos, as aulas de Informática Educativa também foram organizadas para os estudantes com o objetivo de promover o letramento digital e desenvolver habilidades previstas na BNCC, como pensamento computacional, cultura digital, comunicação e resolução de problemas.

Além disso, conforme destaca a BNCC, a Computação deve ser tratada como área do conhecimento com papel formativo relevante para a Educação Básica.

O documento estabelece que o ensino de computação deve desenvolver três eixos estruturantes: Pensamento Computacional, Cultura Digital e Compreensão Crítica das Tecnologias da Informação e Comunicação.

A BNCC Computação representa um avanço na consolidação do ensino de computação como área essencial da formação básica, prevendo que todos os estudantes desenvolvam as competências relacionadas a ela. A obrigatoriedade da disciplina, a partir de 2023, demanda que estados e municípios reorganizem seus currículos para assegurar esse direito formativo, o que impõe desafios estruturais e pedagógicos, mas também abre caminhos para uma educação mais equitativa e conectada com as demandas contemporâneas (SANTOS; NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2023).

No ano de 2025, o município de Santa Maria iniciou o processo de construção do Documento Orientador Curricular de Informática Educativa a partir do que prevê a BNCC. No ano vigente, a Secretaria Municipal de Educação alinha com a comunidade local a consulta pública para a construção do seu próprio documento orientador curricular. Esse alinhamento entre diretrizes nacionais e práticas locais permite uma implementação mais efetiva da computação como componente curricular, especialmente em contextos com carência de acesso digital.

No contexto da EMEF Pedro Kunz, a abordagem pedagógica das aulas de informática educativa contempla esses eixos ao propor atividades práticas e contextualizadas que estimulam a resolução de problemas, a criatividade, a comunicação digital e o uso crítico e consciente da tecnologia.

Essa perspectiva amplia o escopo da alfabetização digital para além do uso instrumental dos equipamentos, incentivando os estudantes a entenderem como as tecnologias funcionam e impactam a sociedade. A inserção da Computação como componente essencial no currículo da educação básica visa preparar os alunos para atuarem como cidadãos críticos, participativos e éticos na cultura digital contemporânea. Em uma escola rural como a EMEF Pedro Kunz, tal proposta representa uma estratégia de enfrentamento das desigualdades históricas no acesso ao conhecimento tecnológico, fortalecendo o papel da escola na formação de sujeitos autônomos e protagonistas.

O planejamento das aulas considerou tanto os interesses e repertórios dos estudantes quanto a realidade tecnológica da escola, que passou a contar com conexão estável à internet a partir do apoio do Programa Educação Conectada. A democratização desse acesso foi fundamental para garantir que todos os estudantes, inclusive os em maior vulnerabilidade, tivessem oportunidade de desenvolver competências digitais essenciais à sua formação cidadã.

O Programa, denominado “Programa de Inovação Educação Conectada”, foi instituído por meio do Decreto no. 9.204, de 23 de novembro de 2017 e transformado em Lei nº 14.180, de 1º de julho de 2021 (BRASIL, 2021). A referida política pública tem por objetivo apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica. O Programa foi elaborado a partir de quatro dimensões que se complementam, para que o uso de tecnologia digital tenha efeito positivo na educação: visão, formação, recursos educacionais digitais e infraestrutura.

A primeira dimensão versa sobre o planejamento e orientação aos estados e municípios frente à inovação tecnológica como elemento transformador da educação. A segunda dimensão refere-se à formação dos profissionais, para que estejam preparados para implementar o programa, incorporando os componentes tecnológicos educacionais em sala de aula. A terceira dimensão do programa refere-se à infraestrutura propriamente dita. Trata do investimento na ampliação do acesso à conectividade e na aquisição da infraestrutura interna nas escolas a fim de melhorar o ensino. Por fim, o programa ainda prevê os recursos educacionais digitais, reunindo materiais de qualidade para uso em sala de aula ou sala de informática, criando ainda um banco de tecnologias educacionais.

Sendo assim, a partir das verbas repassadas pelo Programa de Inovação Educação Conectada, via PDDE Interativo (Programa Dinheiro Direto na Escola) é possível que a EMEF Pedro Kunz ofereça as aulas de informática educativa aos seus alunos, ampliando o repertório de possibilidades pedagógicas, sociais e tecnológicas. Além disso, consegue aproximar a comunidade do contexto escolar, principalmente mães de alunos, incentivando o empreendedorismo local. Esse conjunto de ações contribui diretamente para a construção de uma cultura digital mais equitativa na zona rural.

A disponibilização de uma internet de qualidade à escola visa viabilizar práticas pedagógicas diversificadas e inovadoras. A instituição dispõe de 22 notebooks, periféricos (mouses, fones de ouvido), mobiliário adaptado (mesas, teclados ergonômicos), impressora 3D e microscópio digital conectado aos notebooks. Esses recursos ampliam significativamente o leque metodológico, permitindo a exploração de abordagens ativas e a construção de conhecimento por meio de experiências práticas.

As aulas são ministradas por uma professora pedagoga, especialista, que participa mensalmente de formações específicas oferecidas pelo Núcleo de Tecnologia da Rede Municipal de Ensino (NTEM). Essa formação continuada docente se alinha à necessidade de desenvolvimento profissional sustentado, promovendo a reflexão crítica sobre a prática educativa e a atualização pedagógica com o auxílio das mídias digitais (SANTOS; SÁ, 2021).

Além das aulas específicas de informática educativa, os equipamentos tecnológicos são incorporados às aulas regulares com as professoras regentes. Esse modelo reforça uma abordagem transversal das tecnologias no currículo, contribuindo para o enriquecimento do repertório cognitivo e metodológico dos estudantes. A literatura destaca que, quando inseridas de maneira integrada, as TDICs (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação) favorecem o protagonismo estudantil, a autonomia e o engajamento coletivo (VELASCO; SANTOS, 2024).

Santos e Sá (2021) reforçam que a presença de profissionais formados e continuamente capacitados assegura que essas tecnologias não sejam utilizadas de forma instrumental, mas como parte de uma proposta pedagógica intencional, reflexiva e transformadora.

Em suma, a escola oferece um espaço educativo mediado por profissionais qualificados, que articula recursos digitais, formação docente e práticas metodológicas interdisciplinares. Esse modelo representa uma concretização eficaz dos pressupostos teóricos sobre educação digital, propondo um ambiente educativo inovador, inclusivo e de qualidade.

Em consonância com a proposta institucional, a escola participa do projeto Aluno Monitor, promovido pelo NTEM, no qual quatro estudantes do 5º ano participam de formações quinzenais com professores formadores do NTEM e, no

contraturno, atuam como mediadores digitais no ambiente escolar. Sob a supervisão da professora responsável pela Informática Educativa, esses alunos colaboram com docentes e colegas no uso dos recursos tecnológicos disponibilizados nas salas de aula.

Os alunos monitores alinham suas ações ao planejamento docente, auxiliando na operação de notebooks, impressoras, softwares educacionais e demais ferramentas digitais. Além disso, oferecem suporte aos estudantes, identificando e solucionando problemas técnicos que eventualmente ocorrem. Atuar como aluno monitor favorece o desenvolvimento de habilidades metacognitivas, responsabilidade colaborativa e autoconfiança, pois estudantes que ensinam a outros consolidam seu próprio entendimento, aprimorando competências cognitivas e sociais.

Na perspectiva sociocultural proposta por Vygotsky, a aprendizagem é entendida como um processo essencialmente mediado, no qual a interação social ocupa papel central no desenvolvimento cognitivo. Um dos conceitos fundamentais desse referencial é o de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), definida como a distância entre aquilo que o indivíduo já é capaz de realizar de forma independente e aquilo que pode realizar com a ajuda de alguém mais experiente (VYGOTSKY, 2007).

Nesse contexto, o monitor que possui maior domínio técnico ou experiência prévia em determinada tecnologia atua como mediador, auxiliando o colega menos experiente a superar desafios, promovendo não apenas a apropriação de ferramentas, mas também o desenvolvimento de autonomia.

Essa colaboração caracteriza-se por um processo de mediação que potencializa o aprendizado e permite a internalização de conhecimentos, transformando habilidades inicialmente compartilhadas em competências individuais. Como destaca Oliveira (1993), é por meio da interação com o outro, especialmente em contextos de cooperação, que o sujeito expande suas capacidades cognitivas. A atuação do aluno monitor, portanto, extrapola a mera transmissão de conhecimento técnico e se insere em uma dinâmica de construção coletiva, na qual o ensino e a aprendizagem são mutuamente constituídos.

Além disso, essa perspectiva valoriza a aprendizagem em contextos informais, ampliando os espaços educativos para além da sala de aula tradicional. Segundo Rego (2010), o conhecimento se constrói nas relações sociais, em ambientes

culturalmente ricos, o que inclui os espaços digitais e colaborativos. Assim, ao integrar as tecnologias ao processo educativo de forma colaborativa, fomenta-se uma cultura de aprendizagem compartilhada, crítica e emancipatória.

Considerações finais

A experiência da EMEF Pedro Kunz demonstra que, mesmo diante de limitações estruturais, a execução articulada de políticas públicas pode resultar em avanços concretos na inclusão digital e na qualidade da educação. A implementação das aulas de Informática Educativa foi viabilizada, em grande parte, pelo acesso à internet com qualidade, proporcionado pelos recursos transferidos por meio do Programa Educação Conectada.

Conforme disposto no Art. 1º da Lei, a política busca apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica. Essa diretriz se concretizou na escola ao permitir que estudantes em situação de vulnerabilidade social, muitos dos quais sem conectividade em casa, pudessem acessar conteúdos digitais, desenvolver habilidades tecnológicas e participar de práticas pedagógicas inovadoras.

A adesão ao programa permitiu à escola não apenas contratar serviço de internet, mas também desenvolver ações em consonância com os princípios da política, como a equidade no uso pedagógico da tecnologia (Art. 3º, I), o acesso de comunidades vulneráveis a práticas inovadoras (Art. 3º, II), e o estímulo ao protagonismo estudantil (Art. 3º, V).

A experiência da EMEF Pedro Kunz ilustra como a execução da política, mesmo em um contexto de infraestrutura limitada, pode fortalecer a autonomia docente e ampliar oportunidades educacionais. Ao articular formação continuada, planejamento intencional e conexão estável, a escola conseguiu promover o letramento digital como direito dos estudantes, alinhando-se às finalidades mais amplas da Política de Inovação Educação Conectada e reafirmando o papel do Estado na garantia do acesso igualitário às tecnologias no processo educativo.

Evidencia-se também nesse relato a integração pedagógica entre diferentes professores e estudantes, pois contribui para a transversalidade do processo

educativo, onde os monitores colaboram em diferentes disciplinas, promovendo a interdisciplinaridade e contextualização do aprendizado.

Para além do assessoramento nas salas de aula, os alunos monitores atuam como corresponsáveis pela rotina tecnológica da escola, fortalecendo seu senso de pertencimento institucional e liderança escolar. É possível observar o engajamento estudantil desses estudantes, pois a sua participação no projeto promoveu o aumento da sua autoestima, valorizando seus processos de desenvolvimento pessoal e acadêmico, além de atitudes colaborativas no ambiente escolar.

A articulação entre formação docente continuada, internet de qualidade e planejamento pedagógico estratégico fortaleceu a autonomia dos professores e o desenvolvimento das competências digitais dos alunos. O projeto “Aluno Monitor”, por exemplo, ampliou o protagonismo juvenil, reforçou o senso de pertencimento institucional e promoveu a aprendizagem entre pares, nesse cenário, o letramento digital deixa de ser simples habilidade técnica para se tornar direito dos estudantes.

Em suma, a experiência da EMEF Pedro Kunz evidencia que, mesmo em ambientes com infraestrutura restrita, a execução articulada da política pública pode resultar em transformações pedagógicas e sociais profundas. A integração entre tecnologia, interdisciplinaridade, protagonismo estudantil e inclusão digital demonstra que a escola rural pode se configurar como espaço de inovação educativa, cidadania digital e justiça social.

Referências

- BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Decreto n. 9.204, de 23 de novembro de 2017. Institui o Programa de Inovação Educação Conectada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/decreto/D9204.htm.
- BRASIL. Lei nº 14.180, de 1º de julho de 2021. Institui a Política de Inovação Educação Conectada. Distrito Federal: Presidência da República, [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14180.htm.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014–2024. Brasília: MEC, 2014.
- BRASIL. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Nacional de Escola em Tempo Integral.
- CASTRO, Jorge Abrahão de. Desigualdade digital e inclusão no Brasil rural: desafios e caminhos. Revista de Políticas Públicas e Inclusão Social, v. 10, n. 1, p. 89-105, 2022.

- KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- MORAN, José Manuel. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. In: BACICH, L.; MORAN, J. M. (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2015. p. 15-33.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1993.
- RABELO, A alfabetização e o letramento na perspectiva da Educação em Integral/em Tempo Integral. In: VII Congresso Nacional de Educação. Anais do CONEDU em casa, 2021. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA108_ID2059_25072021085245.pdf.
- REGO, Terezinha A. V. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SANTOS, Ana Cláudia Guimarães; NASCIMENTO, Isabelle Melo do; OLIVEIRA, Wilk. Da BNCC à BNCC Computação: Histórico, Afinidades e Desafios na Implementação de um Currículo Único. In: Anais do EduComp'23, Recife, PE (on-line), abril de 2023. Sociedade Brasileira de Computação.
- SANTOS, Tais W. SÁ, Ricardo A. O olhar complexo sobre a formação continuada de professores para a utilização pedagógica das tecnologias e mídias digitais. Educar em Revista, Curitiba, v. 37, 2021.
- SILVA, Rosângela Araújo. A pandemia e as desigualdades educacionais no Brasil: perspectivas para a inclusão digital. Cadernos Cedes, Campinas, v. 41, n. 113, p. 113-129, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.72722>.
- SOUZA, Maria José A. de; SANTOS, Givanildo M. dos; ARRUDA, Graziela Q. de; et al. A relação entre a escola em tempo integral e a educação integral. Revista ESPACIOS, v. 41, n. 6, p. 29, 2020. Disponível em: <<https://www.revistaespacios.com/a20v41n06/20410629>>. Acesso em: 25 jul. 2025.
- VELASCO, Eduardo O. SANTOS, Tiago R. Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na educação e transformação no processo de ensino aprendizagem. Revista Kiri-Kerê Pesquisa em Ensino, v. 1 n. 22, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47456/krkr.v1i22.46326>.
- VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.